

Do Mar se Fez o Sertão: Euclides da Cunha e Canudos

Roberto Ventura (In Memoriam) *,-

Roberto Ventura era professor de teoria literária e literatura comparada na USP.

RESUMO

Os Sertões chegou às livrarias em 2 de dezembro de 1902. Euclides da Cunha pagou do próprio bolso metade do custo da 1ª edição, passou dias e noites na editora para fazer cerca de 37 correções nos 1.200 exemplares impressos, pouco mais de 44 mil correções feitas manualmente. O livro foi recepcionado favoravelmente pela crítica, esgotou a 1ª edição em pouco mais de dois meses e viria a tornar-se um dos maiores sucessos editoriais do Brasil, com mais de 50 edições, tradução em pelo menos nove línguas e inspiração para romances diversos. Euclides denunciou a guerra de extermínio que resultou na destruição de Canudos. *Os Sertões* é uma obra híbrida que transita entre a literatura, a história e a ciência ao unir a perspectiva científica, de base naturalista e evolucionista, à construção literária, marcada pelo fatalismo trágico e por uma revisão romântica da natureza e Euclides da Cunha um eterno insatisfeito com as suas atividades profissionais, como militar ou engenheiro, que arrastou consigo a incômoda contradição entre a fase pública de escritor consagrado e a busca inglória de emprego mais propício à atividade literária.

Abstract

“Os Sertões” got to the bookstores on December 2, 1902. Euclides da Cunha paid from his own pocket the cost of the first edition; which made him spend days and nights in the publishing house to make approximately 37 corrections in the 1.200 books printed, a little more than 44 thousand corrections were made by hand. The book was fairly accepted by the critics, and its first edition was sold out in a little more two

Roberto Ventura (1957-2002) was a professor of Literary Theory and Comparative Literature at USP. He pulished, among other works "História e Dependência: Cultura E Sociedade em Manoel Bonfim" (with Flora Sússekind, ed. Moderna, 1984), "Estilo Tropical": " História Cultural e Polêmicas Literárias No Brasil" (comp. das letras, 1991), "Folha explica Casa Grande e Senzala" (Publifolha, 2000) and "folha explica os sertões" (Publifolha 2002).

Due to a tragic fatality passed away before finishing up his article. The Magazine Canudos requested professor José Carlos Barreto de Santana to take over and do it honoring his work.

months which would become one of the major editorial success in Brazil, with more than 50 editions. It was translated into at least nine languages besides being inspiration to other various novels. Euclides reported the exterminating war that resulted in Canudos's destruction. "Os Sertões" is a work of diversity that circulates among literature, history and science when it unites the scientific perspective, with naturalist and evolutionist basis, to the literary construction, registered by the tragic fatalism and by a romantic revision of nature. Euclides da Cunha, eternally dissatisfied with his professional activities, as a soldier or engineer, dragged with himself the uncomfortable contradiction between his public phase as a well-known writer and the inglorious search for a more appropriate use of the literary activity.

O
no dia
Berlín
De se
segun
Q
interio
sede e
de cer
e pela
Água
da M
Letra
avalia
C
o em
serve
circu
ou líc
home
botár
fotog
Flávi
E
com
da Su
Lúci
Garc
livro.
E
de O
Invál
acrés
pouc
e tip

with more
inspiration
resulted in
tes among
naturalist
talism and
d with his
omfortable
inglorious

Os sertões (Campanha de Canudos) chegou às livrarias em 2 de dezembro de 1902, no dia seguinte à chegada do barão do Rio Branco na capital da República, vindo de Berlim para assumir o Ministério das Relações Exteriores do governo Rodrigues Alves. De seu autor, Euclides da Cunha, já se disse que dormiu obscuro e acordou célebre, segundo a pitoresca expressão do crítico Sílvio Romero.

Quando o livro foi distribuído, o engenheiro-escritor se encontrava em Lorena, no interior de São Paulo, onde trabalhava como chefe do 2º distrito de obras públicas com sede em Guaratinguetá, que abrangia 31 municípios do norte do estado, numa extensão de cerca de 16.000 km², espalhados pelas serras da Mantiqueira, da Bocaina e do Mar, e pelas margens do rio Paraíba do Sul, chegando até o litoral de Ubatuba e Caraguatatuba. Aguardava, para o dia 3, o artigo de José Veríssimo, anunciado na véspera pelo *Correio da Manhã*, do Rio. O crítico paraense, um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, era tanto respeitado quanto temido pelo rigor, por vezes intransigente, de suas avaliações.

Com 637 páginas em formato in 8º, *Os sertões* trazia estampado na folha de rosto o emblema da Casa Laemmert, na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, cujas iniciais CL servem de apoio ao livro aberto, sobre o qual se senta uma coruja, símbolo da sabedoria, circundada pela divisa em latim: “Nulla dies sine linea”, nenhum dia sem linha escrita ou lida. A narrativa da guerra de Canudos, precedida de um estudo da natureza e do homem do sertão, vinha ilustrada por desenhos de paisagens e mapas geológicos, botânicos e geográficos, inspirados nas viagens de exploração científica, além de fotografias do conflito tiradas, por encomenda das forças armadas, pelo fotógrafo baiano Flávio de Barros.

Euclides pagara do próprio bolso metade dos custos da edição, tendo contribuído com a quantia de um conto e 500 mil réis, quase o dobro de seu salário como engenheiro da Superintendência de Obras Públicas de São Paulo. Isto depois de ter levado ao escritor Lúcio de Mendonça, em dezembro de 1901, uma carta do também engenheiro e escritor Garcia Redondo, professor da Escola Politécnica de São Paulo, que recomendava o livro, e de ter sido apoiado junto ao editor Gustavo Massow pelo influente Veríssimo.

Escrito ao longo de quatro anos, Euclides ainda trabalhou duro antes do lançamento de *Os sertões*. Passou dias e noites na Companhia Tipográfica do Brasil, na rua dos Inválidos, no Rio, para fazer, com a ajuda dos impressores, cerca de 37 correções – 12 acréscimos e 25 supressões -- nos cerca de 1.200 exemplares impressos. Foram ao todo pouco mais de 44 mil correções, feitas com bico de pena, ponta de canivete, raspadeira e tipos móveis, motivadas por carta de seu amigo, Francisco de Escobar, que apontara

erros de acentuação, pontuação e concordância no exemplar ou nas provas encadernadas recebidas em outubro.

Concluídas as correções em 30 de novembro, logo pegou o trem para Lorena, de modo a retomar seus afazeres na engenharia pública, a cujo “círculo vicioso” se sentia acorrentado. Detestava as tediosas e intermináveis tarefas que lhe cabiam como engenheiro do estado, sempre sujeito às viagens de trem, trole, mula ou a cavalo, e sobretudo às pressões e reclamações dos empreiteiros e autoridades municipais, cujas obras tinha de orçar, projetar e fiscalizar.

A advertência de Escobar, que apontara problemas gráficos no livro, deixou em pânico o novato escritor, que temia, conforme confessou em carta de 19 de outubro, que tais descuidos fossem deixá-lo “à mercê de quanto menino erudito brune as esquinas: e passível da férula brutal dos terríveis gramatiqueros”. Enquanto esperava em Lorena, em 3 de dezembro, a chegada do Correio com o artigo de Veríssimo, observou, em carta a Coelho Neto, que receava “levar pancada como cavalo acuado”, recorrendo a uma expressão popular que havia registrado na viagem ao sertão da Bahia como correspondente de *O Estado de S. Paulo*. Tinha também a apreensão de que suas críticas aos erros de estratégia militar e de avaliação política do Exército, junto com a denúncia do massacre dos prisioneiros, pudessem provocar violentas reações de oficiais e ex-combatentes.

Foi José Veríssimo quem escreveu o primeiro artigo sobre *Os sertões*, publicado no *Correio da Manhã* de 3 de dezembro, em que abordou o livro como obra de literatura, história e ciência, e estabeleceu um padrão de leitura que seria seguido por muitos de seus intérpretes. Apesar dos elogios às qualidades de poeta, romancista e artista do autor, fazia reparos ao abuso dos termos técnicos, das palavras antigas e inventadas e das frases rebuscadas, julgando o seu estilo muito artificial e rebuscado.

Euclides respondeu a Veríssimo em carta datada do mesmo dia, mas redigida provavelmente na madrugada de 4 de dezembro, antes de partir para São Luís do Paraitinga, na serra do Mar, onde iria fazer orçamento para a reforma do grupo escolar. Agradecia a crítica, mas defendia o emprego de termos técnicos e a aliança entre ciência e arte, que considerava a tendência mais elevada do pensamento. Convencido de que a expressão artística exige a notação científica, achava necessário criar uma “tecnografia própria”, capaz de unir as diversas áreas do saber: “o escritor do futuro será forçosamente um polígrafo”.

Retornou a cavalo de São Luís do Paraitinga no dia 7 e passou por Taubaté para pegar o trem rumo a Pindamonhangaba, onde compareceria à noite à festa de inauguração

de escola pública, na qual seria homenageado pelo lançamento de *Os sertões*. Viu, para sua surpresa, no restaurante da estação em Taubaté, um passageiro com o livro nas mãos. De volta a Lorena, recebeu carta de seu editor, que lhe enviava recortes de jornais e falava do estrondoso sucesso do livro, dissipando seus temores de que o grosso e dispendioso volume repetisse o fracasso de outra obra histórica que publicara há pouco, *A marinha de outrora*, do visconde de Ouro Preto. Mais da metade da edição, quase 600 exemplares, a 10 mil réis cada, tinha se vendido em poucos dias.

Indignado com o artigo de Veríssimo, que chegou a chamar em carta a Euclides de “animal” cego, o escritor Coelho Neto publicou, em 1º e em 2 de janeiro de 1903, n° *O Estado de S. Paulo*, um longo artigo em que enaltecia *Os sertões* como uma das mais empolgantes obras da literatura brasileira. Soltando farpas contra o crítico paraense, seu colega na Academia, atacava certa “crítica melindrosa” e “infecunda”, que exigia um estilo simples e trivial e renegava as palavras antigas ou inventadas e os ornamentos verbais, por ignorar que “todo verdadeiro escritor é um revelador”, que requinta a linguagem como forma de exprimir suas impressões.

Araripe Júnior, outro crítico de peso, publicou, em 6 e 18 de março, no *Jornal do Comércio*, do Rio, um estudo sobre *Os sertões*, que julgava admirável pela forma artística, capaz de combinar a elevação histórico-filosófica ao talento épico-dramático e ao gênio trágico. Tomado de admiração pela obra, aproximava Euclides dos grandes nomes da literatura universal e comparava suas cenas de batalha às narrativas históricas do grego Xenofonte, do escocês Walter Scott e do francês Gustave Flaubert, além de equiparar a sua intensidade à dos romances psicológicos do escritor russo Fiodor Dostoievski. Afirmou, em carta a Euclides, que poderia ter apurado ainda “umas tantas tolices, que por aí correm como regras de escrever”, referindo-se, de forma velada, a Veríssimo, com quem também convivia na Academia.

Os artigos e as cartas de Coelho Neto e Araripe Júnior aliviaram o coração de Euclides, levemente amargurado com as restrições feitas por Veríssimo, do qual se sentia porém devedor, e contribuíram ainda para mais para o seu reconhecimento como escritor. Escreveu a Araripe, em 9 de março, que lera seu “magistral artigo” na redação de *O Estado de S. Paulo*, de onde saiu transformado de simples recruta em triunfador. Deixara de ser um “engenheiro-letrado”, cujo aspecto dúbio, meio profissional e meio artista, o fazia se sentir um “intruso em todas as carreiras”, para se tornar enfim um escritor, “apenas transitoriamente desgarrado na engenharia”: “Nem sabe quanto lhe devo...”

Os sertões teve três edições em apenas três anos, de 1902 a 1905. A primeira edição se esgotou em pouco mais de dois meses e rendeu a Euclides um saldo de 2 contos e 200 mil réis, do qual resultou um lucro de 700 mil réis, depois de descontado o seu aporte para a publicação. Mas, como escreveu ao pai em 25 de fevereiro de 1903, o que lhe importava era o “lucro de ordem moral”, resultante do reconhecimento que obtivera, pois todos o tinham elogiado, até o visconde de Ouro Preto, último chefe de gabinete da Monarquia, “que é naturalmente o mais antipático a tudo quanto possa haver de republicano no Brasil”: “Toda a gente assim pensa. Assim, de qualquer modo lucrei.”

Massow logo apressou a 2ª edição, para atender a pedidos que chegavam até do Mato Grosso, e pagou a Euclides em setembro mais um conto e 600 mil réis pelos direitos da reedição. Publicada em 9 de junho de 1903, a nova edição trazia inúmeras correções estilísticas, além da retificação de algumas falhas de informação, mas incluía sobretudo uma longa série de oito notas finais, em que respondia, sem no entanto nomear seus interlocutores, às críticas recebidas do botânico José de Campos Novais, seu colega no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e no Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, e do capitão Moreira Guimarães, seu ex-colega na Escola Militar. Tais críticas diziam respeito sobretudo aos aspectos científicos do livro, envolvendo questões de botânica, geologia e etnologia, mas também de linguagem e vocabulário. A 3ª edição, novamente corrigida, saiu dois anos depois, em 1905, e trazia, como as anteriores, a indefectível coruja da Laemmert, sempre sentada sobre o livro aberto.

O livro se tornou um dos maiores sucessos editoriais do Brasil, com mais de 50 edições em língua portuguesa e traduções em pelo menos nove línguas. O engenheiro letrado, agora convertido em escritor, se tornou membro, em 1903, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi eleito, no mesmo ano, para a Academia Brasileira de Letras.

Sua narrativa da guerra de Canudos inspirou diversos romances europeus e latino-americanos, como *Le mage du sertão* (1952) do francês Lucien Marchal, *Capitão jagunço* (1959) de Paulo Dantas, *Verdicto em Canudos* (1970) do húngaro Sándor Márai, *La guerra del fin del mundo* (1981) do peruano Mario Vargas Llosa, *A casca da serpente* (1989) de José J. Veiga, *As meninas do Belo Monte* (1993) de Júlio José Chiavenato e *Canudos* (1997) de Ayrton Marcondes. Serviu ainda de base para um dos mais belos filmes de Glauber Rocha, *Deus e o diabo na terra do sol* (1963), e para o sofrível longa-metragem histórico de Sérgio Rezende, *A guerra de Canudos* (1997).

Primeiros escritos

Segundo os seus biógrafos, o avô paterno do escritor, o português Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, traficava escravos para a Bahia, que abasteciam os sobrados e solares de Salvador e as casas-grandes e senzalas dos engenhos de açúcar do recôncavo baiano. Casado com Teresa Maria de Jesus, de Salvador, morreu em uma viagem a Portugal, tendo deixado a mulher com vários filhos, entre os quais Manuel, o pai de Euclides.

Após a morte do pai, Manuel se mudou para a província do Rio de Janeiro e foi trabalhar como contador nas fazendas de café de Cantagalo, região serrana no vale do rio Paraíba do Sul. Conheceu, em uma fazenda, Eudóxia Alves Moreira, filha mais moça de Carolina Florentina Mendes e Joaquim Alves Moreira, com quem se casou em 24 de outubro de 1864. Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, o primeiro filho de Eudóxia e Manuel, nasceu, em 20 de janeiro de 1866, na fazenda Saudade, em Santa Rita do Rio Negro (hoje Euclidelândia), no município de Cantagalo. Sua irmã Adélia nasceu no ano seguinte, em 9 de agosto. Eudóxia tinha, como o filho, uma saúde frágil e sofria de tuberculose, morrendo em agosto de 1869. Teve início um período de grande instabilidade na vida de Euclides, que morou na casa de parentes em várias cidades.

Iniciou os estudos em 1874, com oito anos de idade, no Instituto Colegial Fidelense, em São Fidélis, e se mudou, três anos depois, para o Rio de Janeiro. Esteve por breve período na casa dos avós na Bahia, onde frequentou o Colégio Bahia. De volta ao Rio, passou por diversos colégios, Vitória da Costa, Menezes Vieira e Anglo-Americano, até ingressar, em 1883, no Colégio Aquino, no centro do Rio, onde foi aluno de Benjamin Constant, professor de matemática, que iria depois reencontrar na Escola Militar.

Admirava os poetas românticos, sobretudo o Fagundes Varela de *Vozes da América*. Gostava de recitar “Mauro, o escravo”, o longo poema narrativo de Varela sobre o escravo que mata o filho do senhor para vingar a morte da irmã. Varela seguia, como Castro Alves, a tradição do negro nobre da literatura francesa, concebido como herói rebelde e romântico e personificado por Bug-Jargal, do romance de mesmo nome do francês Victor Hugo sobre a revolução dos escravos no Haiti.

Euclides publicou seu primeiro artigo, “Em viagem”, em 4 de abril de 1884, no pequeno jornal O Democrata, dos alunos do Colégio Aquino, em que já revelava o interesse pela natureza que se faria presente em toda a sua obra. Descrevia as matas e as florestas do Rio, vistas do bonde que tomava para ir ao colégio perto do Passeio Público, e transfigurava a paisagem à sua volta numa explosão de sons e cores, em que a vida

palpitava no esplendor da primavera. Introduzia, nesse quadro quase idílico, um tom sombrio ditado por sua sensibilidade romântica e criticava o progresso, representado pela estrada de ferro, que degradava a natureza: “Tudo isto me revolta, me revolta vendo a cidade dominar a floresta, a sarjeta dominar a flor!”

Escreveu no Colégio Aquino seus primeiros poemas, reunidos em um caderno de 1883 com o sugestivo título de *Ondas*. Recorria às imagens marítimas freqüentes na poesia grandiloqüente de Victor Hugo e de Castro Alves, cujo falecimento em 1871, um ano após a publicação das *Espumas flutuantes*, foi pranteado pelo pai de Euclides no poema “À morte de Castro Alves”, incluído na 2ª edição do livro. Euclides iria retomar tais imagens marítimas em *Os sertões*, para recriar a pré-história do sertão de Canudos ou para relatar os fluxos e refluxos dos combatentes, comparados aos movimentos do mar.

Um dos poemas, “Álgebra lírica”, depois intitulado “Amor algébrico”, foi criado após as lições de matemática de Benjamin Constant no Colégio Aquino: “Estou cheio de *spleen*, cheio de tédio e giz...” Criou, a partir das aulas de história, os sonetos dedicados a Danton, Marat, Robespierre e Saint-Just, líderes jacobinos da Revolução Francesa, que o empolgaram tanto quanto o escravo rebelde de Fagundes Varela. Concebeu, nesses poemas, o indivíduo como herói ou gênio capaz de mudar o curso da história. Alguns de seus versos foram publicados em *O Democrata*, como “Horas de crença”, copiado em *Ôndas* como “Oscilações”, em que se refere, de forma nostálgica, à mãe que perdera em tenra idade: “Eu... (ai! disse-me o que a soidão exprime!)/ Eu rezo um nome – Minha mãe – sublime --/ E me ergo a Deus nos brilhos d’uma lágrima!”

Lia os autores franceses, como Victor Hugo e o historiador Jules Michelet, que haviam escrito sobre a Revolução de 1789. Hugo abordou, no romance histórico *Quatre-vingt-treize* [Noventa e três], de 1874, a guerra na Vendéia, no oeste da França, em que os camponeses se rebelaram contra o governo revolucionário. Michelet inspirou os republicanos brasileiros, com sua arrebatadora *Histoire de la Révolution Française* [História da Revolução Francesa] (1847-53), em que o povo assume o papel central na luta pela liberdade.

O romantismo libertário, que absorvera nas leituras de Victor Hugo e Fagundes Varela, alimentou sua atitude inconformista com a vida e a história. Seus sentimentos oscilavam entre a utopia e a melancolia, entre a revolta e o pessimismo, como observou, em carta de 1908, ao diplomata e historiador Oliveira Lima: “Reivindico [...] o belo título de último dos românticos, não já do Brasil apenas, mas do mundo todo, nestes tempos utilitários!”

Mais do que um poeta romântico, tentou ser ele próprio um herói, que perseguia visões inspiradas nas narrativas da Revolução Francesa. Teve atitudes extremadas, com atos de heroísmo e abnegação, em que colocou a defesa de princípios éticos, como a defesa da honra, ou de crenças políticas, como o republicanismo, acima dos interesses pessoais. Falava, nas cartas aos amigos e familiares, da necessidade de seguir a “linha reta”, que entendia como a fidelidade aos princípios aprendidos com o pai, ancorados na fé no progresso e no caráter redentor da República, que entravam em choque, muitas vezes, com as exigências da vida profissional.

Na Praia Vermelha

Ingressou, em 1885, na Escola Politécnica, no largo de São Francisco, no Rio de Janeiro, para estudar engenharia. Matriculou-se, no ano seguinte, no curso de estado-maior e engenharia militar da Escola Militar, na Praia Vermelha, também no Rio, que tinha a vantagem de pagar soldo, além de fornecer alojamento e comida. Grande parte dos cadetes tinha uma origem humilde, filhos de pequenos agricultores e comerciantes, de militares ou funcionários públicos, sendo raros os vindos de famílias da elite civil.

A Escola Militar se erguia como construção fortificada, com três baluartes, cercada por majestosos rochedos, os morros da Urca e da Babilônia. Era um centro de irradiação de idéias positivistas e evolucionistas, que traziam a crença na evolução da humanidade e reforçavam a certeza de Euclides do fim próximo da Monarquia. Voltou a estudar com Benjamin Constant, professor de cálculo, positivista pouco ortodoxo, que iria se tornar um dos líderes da proclamação da República.

Obeve boas notas nos dois primeiros anos do curso militar e esperava ser promovido ao posto de alferes-aluno, reservado aos melhores estudantes, com direito a aumento dos vencimentos. Mas o governo imperial não fazia promoções havia três anos devido aos cortes no orçamento do Ministério da Guerra, o que levou Euclides a fazer ato de protesto, articulado a um plano de rebelião para depor d. Pedro II.

O comandante da escola, general José Clarindo de Queiroz, tinha proibido os cadetes de participarem de manifestação ao propagandista republicano Lopes Trovão, que retornava ao Rio, vindo da Europa. Para impedir a saída dos jovens da escola, foi marcada inspeção das tropas pelo ministro da Guerra, Tomás Coelho. Euclides, com 22 anos, saiu de forma durante a revista, atirou ao chão o sabre-baioneta e interpelou o ministro sobre a política de promoções no Exército.

O jovem cadete se tornou o centro de uma controvérsia, que se somou aos muitos atritos, desde 1884, entre o Exército e o governo sobre o direito dos militares de exprimirem suas idéias políticas. O incidente foi noticiado pelos principais jornais do Rio e de São Paulo e discutido no Congresso. Mas o governo procurou negar o caráter político do ato de Euclides, que foi desligado da carreira militar, em dezembro de 1888, sob o pretexto de incapacidade física.

Pela República

O protesto trouxe notoriedade a Euclides, que foi convidado por Júlio de Mesquita para escrever em *A Província de S. Paulo*, hoje *O Estado de S. Paulo*. Estreou na imprensa diária, em 22 de dezembro de 1888, com artigos de propaganda, em que atacava o Imperador e a família real e pregava a necessidade de revolução política. Acreditava ser inevitável a passagem da Monarquia à República em conformidade com as leis históricas: “Desiluda-se, pois, o governo; a evolução se opera na direção do futuro”.

Saudou, em 1o de janeiro de 1889, o novo ano com o artigo intitulado “89”, em que fazia o paralelo entre a Revolução Francesa de 1789 e as comemorações do seu centenário no Brasil. Julgava necessária uma revolução, como a ocorrida na França, capaz de apressar a evolução tida como inevitável para o regime republicano.

Só soube da proclamação da República na manhã do dia seguinte, em 16 de novembro, através dos jornais e de um colega da Politécnica, que voltara a cursar após a saída do Exército. O colega, sobrinho do major Frederico Solon Sampaio Ribeiro, um dos líderes do golpe, lhe contou os detalhes da revolução e o convidou para reunião à noite na casa do tio, onde conheceu Ana, a Saninha, sua futura mulher. Casaram-se, em 10 de setembro de 1890, em cerimônia civil realizada à tarde na casa dos sogros, Alcmena e Solon, no bairro de São Cristóvão, seguida de ofício religioso celebrado na Igreja do Senhor do Bonfim e de N. S. do Paraíso, no mesmo bairro.

Euclides retornou ao Exército com o apoio do major Solon e dos colegas da Escola Militar, que pediram sua reintegração a Benjamin Constant, o antigo professor, agora ministro da Guerra. Matriculou-se na Escola Superior de Guerra no início de 1890 e foi promovido a segundo-tenente em 14 de abril, beneficiado pela política favorável aos cadetes e oficiais próximos ao marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do país.

Concluiu o curso de estado-maior e engenharia militar em 16 de janeiro de 1892, quando recebeu o grau de bacharel em matemática e ciências físicas e naturais, atestado por diploma que trazia medalha com dedicatória ao pai e à mulher e à memória da mãe e da filha Eudóxia, morta logo após o nascimento em 1891. Tinha sido promovido antes, no dia 9, a tenente, seu último posto na carreira militar.

Perda dos ideais

Militante republicano, Euclides logo se desiludiu com o novo regime. Atacou, pelos jornais, alguns atos do governo, como a indenização oferecida a d. Pedro II, que o ex-Imperador altivamente recusou. Criticava, em carta ao pai, o governo do marechal Deodoro e censurava Benjamin Constant, seu antigo ídolo, que agora nomeava parentes e conhecidos para cargos públicos.

Considerava que o país entrava no “desmoralizado regime da especulação”, fazendo alusão à política financeira, chamada de encilhamento, promovida pelo ministro da Fazenda, Rui Barbosa, que autorizara os bancos privados a fazerem grandes emissões de moeda. O crédito fácil favoreceu os fazendeiros endividados ou arruinados com a abolição dos escravos e provocou euforia na bolsa de valores do Rio, mas trouxe também aumento da inflação e desvalorização da moeda. As condições de vida se deterioraram e o governo logo caiu no descrédito.

O marechal Deodoro foi derrubado em 23 de novembro de 1891 por uma rebelião da Marinha e o vice-presidente, marechal Floriano Peixoto, assumiu o governo. Euclides tomou parte dos preparativos do golpe, comparecendo a algumas reuniões na casa do vice-presidente, conforme contaria mais tarde, em 1904, no ensaio “O marechal de ferro”, incluído em *Contrastes e confrontos* (1907). Defendeu à época, em artigos n’*O Estado de S. Paulo*, a permanência de Floriano na Presidência, que enfrentava forte oposição devido à controvérsia jurídica sobre a legalidade de seu mandato. Abandonara a postura de revolucionário e defendia uma política conservadora de consolidação da República. Atacava os adversários do governo, que comparava aos camponeses rebeldes da Vendéia, inimigos da Revolução Francesa, empregando o mesmo paralelo triunfalista que iria aplicar mais tarde a Canudos: “A República vencê-los-á, afinal, como a grande revolução à Vendéia”.

A Revolta da Armada estourou, em 6 de setembro de 1893, na capital da República, opondo a Marinha e o Exército, que se enfrentaram até março do ano seguinte. Como

oficial da Diretoria de Obras Militares, Euclides atuou a serviço das forças legais, com a missão de construir trincheiras e fortificações no porto do Rio. Seu sogro, o general Solon Ribeiro, foi preso no dia 26 sob a suspeita de envolvimento com os rebeldes e ficou encarcerado cerca de um ano. Euclides solicitou, no mês seguinte, entrevista ao marechal Floriano para pedir garantias de vida para Solon, pois corriam boatos sobre o seu fuzilamento. Enviou ainda, em fevereiro de 1894, duas cartas à Gazeta de Notícias, do Rio, em que protestava contra a execução dos prisioneiros políticos pedida pelo senador João Cordeiro, do Ceará, florianista mais tarde implicado, em novembro de 1897, no atentado contra o presidente Prudente de Moraes, que tirou a vida do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado de Bittencourt, que retornara vitorioso de Canudos.

Como punição pelas cartas, Euclides foi transferido, em 28 de março, para a pequena cidade de Campanha, no interior de Minas Gerais, onde iria dar contornos científicos ao seu interesse pela natureza. Encarregado de adaptar para o regimento de cavalaria do Exército um prédio da Santa Casa, examinou as características físicas e geográficas da região em busca de argila para a fabricação de tijolos. Lia os estudos de geologia do francês Emmanuel Liais (1826-1900), que depois citaria em *Os sertões*, preparando-se para concurso, jamais realizado, para uma vaga de professor de astronomia ou geologia na recém fundada Escola Politécnica de São Paulo.

Desgostoso com a carreira militar, pediu licença do Exército em 1895 e reforma no ano seguinte no posto de tenente, com direito à terça parte do soldo, por ser considerado portador de tuberculose pulmonar incurável. Mudou-se para o estado de São Paulo, onde trabalhou até 1903 como engenheiro da Superintendência de Obras Públicas. Atuou ainda por poucos meses, em 1904, na Comissão de Saneamento de Santos e morou no balneário do Guarujá, do outro lado da baía.

Guerra no sertão

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, começou a pregar por volta de 1870 pelo nordeste e a organizar mutirões para a construção de igrejas e cemitérios. Seus familiares participavam, desde a década de 1830, de um sangrento combate contra um clã inimigo no sertão do Ceará. Para Euclides, essa luta entre famílias teria criado uma “predisposição fisiológica” entre os seus descendentes, que tornou hereditários os rancores e as vinganças, de modo semelhante aos personagens trágicos dos mitos gregos.

Filho de um comerciante, nascido em 1830 em Quixeramobim, no interior do Ceará, Antônio Maciel trabalhou na loja do pai, que dirigiu com a morte deste. Com a liquidação do negócio, tornou-se professor, caixeiro, escrivão e solicitador em várias cidades do

estado. Iniciou sua peregrinação mística depois de ter sido abandonado pela mulher, que fugira com um policial, e de ter tido os bens penhorados para pagamento de uma dívida. Passou a ser chamado de Conselheiro, título atribuído pelo povo e pela Igreja àqueles que guiavam o povo em orações e davam instruções religiosas.

Foi preso em 1876 na Bahia e enviado a Fortaleza sob a acusação infundada de ter matado a mãe e a esposa no Ceará. Retornou à Bahia depois de solto, fazendo a promessa de construir vinte igrejas. Foi proibido em 1882 de pronunciar sermões pelo arcebispo da Bahia, que temia sua crescente influência. Seus conflitos com a ordem estabelecida se agravaram com a proclamação da República, pois se opunha ao novo regime, que fizera a separação entre o Estado e a Igreja e introduzira o casamento civil. Acreditava no retorno da Monarquia, forma política tida como eterna.

Inaugurou, em 18 de agosto de 1893, com festa e missa celebrada pelo padre Vicente Sabino dos Santos, do Cumbe (atual Euclides da Cunha), a Igreja de Santo Antônio, depois conhecida como Igreja Velha, no povoado de Canudos, próximo a uma fazenda abandonada, às margens do rio Vaza-Barris, no nordeste da Bahia. O nome da localidade vinha da existência de plantas, chamadas de canudos-de-pito, que forneciam tubos para cachimbos de barro. Fixou-se com seus seguidores no lugarejo, que passou a chamar de Belo Monte, após ter entrado em choque com força policial em Masseté, enviada à sua procura por ter participado de protestos contra a cobrança de impostos nas cidades baianas de Bom Conselho, Itapicuru, Soure, Amparo e Bom Jesus.

O atraso na entrega de madeira, comprada em Juazeiro para a construção de uma nova igreja, do Bom Jesus, foi o estopim de um conflito armado, que se estendeu por quase um ano, de novembro de 1896 a outubro do ano seguinte. Quatro expedições militares foram enviadas contra Canudos. A guerra terminou com a baixa de 5 mil soldados e oficiais e o massacre de uma cidade com 5.200 casebres, cuja população foi estimada entre 10 mil e 25 mil habitantes.

Foi uma guerra de extermínio, que Euclides da Cunha denunciou em *Os sertões*, publicado cinco anos após a destruição da comunidade. Os principais jornais de Salvador, do Rio de Janeiro e de São Paulo enviaram repórteres na primeira cobertura ao vivo de uma guerra no Brasil, que a instalação de linhas telegráficas, ligando Monte Santo a Queimadas e Salvador, tornara possível. A campanha foi fotografada por Flávio de Barros, de Salvador, e outro fotógrafo, o espanhol Juan Gutierrez de Padilla, que registrara antes a Revolta da Armada, morreu em combate logo após chegar a Canudos.

A destruição de Canudos se deveu menos ao anti-republicanismo do Conselheiro do que a fatores políticos, como os conflitos entre facções partidárias na Bahia, a atuação da Igreja contra a atuação pouco ortodoxa dos beatos e pregadores e as pressões dos

proprietários de terras contra a comunidade, cuja expansão trazia escassez de mão-de-obra e rompia o equilíbrio político da região.

Outros conflitos em nível nacional transformaram a comunidade em alvo de grupos e facções, como os embates entre civilistas e militaristas, ligados à sucessão do presidente Prudente de Moraes (1894-8). A guerra serviu de pretexto à repressão aos grupos monarquistas, que ainda sonhavam com a restauração do Trono, e, sobretudo após o término do conflito e o atentado fracassado contra o presidente, para o esmagamento dos setores jacobinos e florianistas, que defendiam o retorno dos militares ao poder. Canudos contribuiu para a implantação da política dos governadores, criada pelo presidente Campos Sales (1898-1902), em que as lideranças civis de Minas Gerais e São Paulo passaram a se alternar no poder.

A nossa Vendéia

A guerra de Canudos preencheu o vazio político e existencial em que Euclides se encontrava desde que se desiludira com a carreira militar e com os rumos da República. Trabalhava em São Paulo como engenheiro da Superintendência de Obras Públicas, enquanto sonhava em se tornar professor da Escola Politécnica, aspiração que não pôde realizar.

Duas forças militares enviadas a Canudos já haviam fracassado, quando o coronel Moreira César foi nomeado comandante da 3ª expedição. Tido como herói da repressão à Revolução Federalista em Santa Catarina, mas também apontado como facínora por ter ordenado a execução sumária de prisioneiros, Moreira César morreu na madrugada de 4 de março de 1897, poucas horas após o primeiro ataque a Canudos. Foi uma derrota humilhante, em que 1.300 soldados abandonaram todo o armamento, e até o corpo do coronel, na fuga desordenada.

Euclides viu a derrota da expedição Moreira César como a chance de regenerar a República, que se afastara de seus ideais. Era o estopim que permitiria reacender a chama revolucionária, conforme escreveu, em março de 1897, ao seu amigo de Campanha, o político mineiro João Luís Alves: “vejo nesta situação dolorosa um meio eficaz para ser provada a fé republicana”.

Comentou a espantosa derrota da 3ª expedição em “A nossa Vendéia”, título dos dois artigos que publicou n’*O Estado de S. Paulo* em 14 de março e 17 de julho de 1897. Aproximava o conflito na Bahia da rebelião dos camponeses monarquistas e

católicos da região da Vendéia, ocorrida na França de 1793 a 1795. Assim como a Revolução Francesa havia sido ameaçada pela Vendéia, a recém-proclamada República brasileira estaria em perigo pela atuação dos seguidores do Conselheiro. Mas mostrava sua certeza inabalável da vitória do governo: “Este paralelo será, porém, levado às últimas conseqüências. A República sairá triunfante desta última prova.”

Escritos em São Paulo, antes de qualquer contato com o sertão baiano, os artigos já prefiguravam o livro de 1902. Traziam um amplo estudo geográfico e climático da região, além da análise dos aspectos étnicos e culturais do homem sertanejo, com base nas informações fornecidas pelo engenheiro baiano Teodoro Sampaio, seu colega na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que explorara a área com a Comissão Milnor Roberts em 1880 e lhe forneceu um mapa inédito do interior da Bahia, copiado na Superintendência de Obras e enviado pelo governador Campos Sales ao estado-maior do Exército no Rio. Citava viajantes e naturalistas, como Martius, Saint-Hilaire, Humboldt e Caminhoá, e antecipava algumas das teses de *Os sertões* sobre a simbiose entre a terra e o homem.

Graças aos artigos, foi convidado por Júlio de Mesquita para cobrir a 4ª expedição como correspondente de *O Estado de S. Paulo*. Tinha a missão, segundo o jornal, de enviar reportagens do teatro das operações, além de tomar notas e fazer estudos para escrever um trabalho de fôlego sobre Canudos e o Conselheiro, que o Estado iria publicar em volume. Pretendia dar ao livro o mesmo título dos artigos, *A nossa Vendéia*, reforçando o paralelo entre a história francesa e a brasileira.

Em Canudos

Euclides participou, como repórter, de agosto a outubro de 1897, da 4ª e última expedição, formada por 8 mil soldados, sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães, ligado aos militares florianistas e positivistas, que disputavam o poder político com os civilistas do Partido Republicano Paulista. Desembarcou em Salvador, no dia 3 de agosto, como adido ao estado-maior do ministro da Guerra, marechal Bittencourt, que seguia para Monte Santo, de modo a organizar a base de operações e garantir o abastecimento das tropas.

Permaneceu em Salvador, onde teve um ataque de hemoptise, até 30 de agosto, quando partiu para Monte Santo, acompanhando o ministro da Guerra. Ficou na cidade, a 120 km. de Canudos, até 13 de setembro, quando finalmente obteve autorização para

ir à frente de batalha. Temia, conforme escreveu a seu amigo, o advogado paulista Reinaldo Porchat, não chegar “a tempo de assistir à queda do arraial maldito”.

Chegou a Canudos em 16 de setembro e tomou contato com um povoado semidestruído pelos constantes bombardeios, com seus habitantes privados de água e comida devido ao cerco do Exército. Presenciou pouco menos de três semanas de luta, até 3 de outubro, quando se retirou doente, dois dias antes do fim da guerra, com acessos de febre. Não assistiu ao massacre dos prisioneiros, à queda da cidade ou à descoberta do cadáver do Conselheiro e de seus manuscritos. Tais cenas, ausentes de suas reportagens, foram relatadas de forma sucinta em *Os sertões*.

Passeou, dentro da cidade, em 29 de setembro, como contou no penúltimo artigo enviado de Canudos: “passeio perigosamente atraente, com os jagunços a dois passos apenas, nas casas contíguas”. Anotou, no mesmo dia, na caderneta que trazia consigo: “Não posso definir a comoção ao entrar no arraial.” Decepcionou-se com o aspecto daquela povoação estranha, cujas ruas eram substituídas por um labirinto de becos, com casas que se acumulavam em absoluta desordem, como se tudo aquilo tivesse sido construído “febrilmente -- numa noite -- por uma multidão de loucos!” Assustou-se ainda com o interior dos casebres: escuros, sem ar e com pouca mobília.

Euclides silenciou sobre as atrocidades da guerra, no que foi acompanhado por quase toda a imprensa. Sentiu-se tolhido para atacar o Exército e se deixou cegar pela máquina de propaganda da imprensa e do governo, para a qual contribuiu com artigos exaltados, que se encerravam com os brados patrióticos de “viva a República” ou “a República é imortal”. Era, desde 1896, tenente reformado e fora nomeado, para a cobertura da guerra, adido ao estado-maior do ministro da Guerra, com direito a ordenança. Acompanhou grande parte dos combates junto aos oficiais da comissão de engenharia e do quartel-general.

Os materiais enviados pelos correspondentes, sobretudo pelo telégrafo, eram submetidos à censura militar. Mas jornalistas, como Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias*, do Rio, e Lelis Piedade, do *Jornal de Notícias*, da Bahia, chegaram a mencionar atos de violência das tropas. Outro repórter, Manuel Benício, do *Jornal do Comércio*, do Rio, foi tão incisivo em suas críticas à imperícia do general Artur Oscar que acabou expulso de Canudos. A crueldade da campanha só foi revelada porém, de forma veemente, pelo monarquista Afonso Arinos, n.º O *Comércio* de São Paulo, que denunciou a degola dos prisioneiros e os abusos cometidos contra mulheres e crianças e divulgou o relatório do Comitê Patriótico da Bahia, formado para dar auxílio aos soldados feridos e às famílias dos mortos.

As reportagens de Euclides se interromperam de forma súbita em 1o de outubro. Escreveu sobre as manhãs admiráveis em Canudos, com os raios de sol que iluminavam o círculo de montanhas, e relatou o violento ataque à cidade, com grandes perdas de ambos os lados, que assistiu da sede da comissão de engenharia. Sentiu-se profundamente desapontado ao contemplar, após os combates, os feridos que gemiam amontoados no chão, numa cena que lhe pareceu mais lúgubre do que o vale do inferno de Dante: “acreditei haver deixado muitas idéias, perdidas, naquela sanga maldita, compartilhando o mesmo destino dos que agonizavam manchados de poeira e sangue...”

Os sertões revisitados

Euclides passou quatro anos após o término da guerra, preenchendo centenas de folhas de papel, para ordenar o caos e superar o vazio trazidos sob o impacto daquela “região assustadora”, de onde voltou deprimido e doente. Seguiu revendo, na mente, as imagens comoventes do conflito, cujo horror a linguagem mal podia exprimir, conforme escreveu, já de volta a Salvador, no poema “Página vazia”, cujos versos seriam, segundo ele, “tão mal feitos e tão tristes”.

Grande parte do livro foi redigido em São José do Rio Pardo, no interior de São Paulo. Morou na cidade por três anos, de 1898 a 1901, para reconstruir a ponte metálica sobre o rio, que caíra devido a uma enchente, construída sob sua fiscalização, mesmo que à distância, como engenheiro da Superintendência. Das páginas escritas em um pequeno barracão no canteiro de obras, às margens do rio Pardo, ou em sua casa à noite, na esquina das ruas 13 de Maio e Marechal Floriano, surgia uma nação em ruínas que devorava seus próprios filhos.

Começara antes, durante a guerra, já em Salvador e em Canudos, a tomar notas para o livro e iniciara sua redação na fazenda do pai em Belém do Descalvado, no interior de São Paulo, onde se recolheu por alguns meses, no final de 1897, para tratar da saúde. Concluiu Os sertões em São Carlos do Pinhal, para onde foi transferido, em maio de 1901, como chefe do 5º distrito de obras públicas, e revisou as provas impressas em Lorena, onde residiu a partir de dezembro de 1901. Enquanto lançava, em São José do Rio Pardo, novas bases para a ponte sobre o rio, escrevia sobre a necessidade de refundar a República brasileira, que havia se corrompido com o militarismo dos governos dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto e o liberalismo ilusório de uma Constituição que as elites civis desrespeitavam por meio de fraudes eleitoriais. Aderia à denúncia da política dos governadores e à pregação pela revisão constitucional do

deputado e jornalista Júlio de Mesquita e do grupo reunido, a partir de 1901, em torno do jornal *O Estado de S. Paulo* e da dissidência do Partido Republicano Paulista.

Acusou, em *Os sertões*, o Exército, a Igreja e o governo pela destruição da comunidade e fez a autocrítica do patriotismo exaltado de suas reportagens. Reconheceu a omissão de sua cobertura da guerra, ao relatar o massacre dos prisioneiros sobre o qual antes se calara. Criticou ainda o confronto entre Canudos e a Vendéia, que empregara em seus artigos, e descartou a idéia de uma conspiração política, apoiada por grupos monárquicos e por países estrangeiros, que havia justificado o massacre.

Abriu o livro com um vôo panorâmico sobre o planalto brasileiro, que se inicia nas escarpas do litoral ao Sul e segue pela bacia do rio São Francisco até se aproximar do solo deprimido e revolto do vale do rio Vaza-Barris. O movimento descendente do narrador se aproxima da visão do poeta em “O navio negreiro” (1868), de Castro Alves, que observa do alto as ondas do oceano até baixar, nas asas do albatroz, ao tombadilho ensangüentado da embarcação, em que se encontram os escravos acorrentados.

Adotou uma concepção naturalista, baseada no historiador francês Hippolyte-Adolphe Taine (1828-93), que lhe forneceu a base científica, ou o pretexto, para buscar correspondências poéticas entre os fatos narrados e a paisagem à sua volta. Tais concepções naturalistas deram um verniz de ciência à sensibilidade romântica que formara na juventude. Percebia, de forma dramática, o conflito entre natureza e história e procurava entender, em termos artísticos e científicos, os modos de interação entre ambas.

Taine considerou, na *Histoire de la littérature anglaise* [História da literatura inglesa] (1863), que a vida de um povo seria determinada por três fatores: o meio, ou o ambiente físico e geográfico; a raça, responsável pelas disposições inatas e hereditárias; e o momento, resultante das duas primeiras causas. Esse modelo foi também seguido por Sílvio Romero, na *História da literatura brasileira* (1888), que tomou a literatura do Brasil como expressão da natureza e do povo, explicando o seu surgimento a partir da ação diferenciadora do mestiço.

Euclides dividiu o livro em três partes, correspondentes aos fatores apontados por Taine: “A terra”, “O homem” e “A luta”. Tratou, em “A terra”, da geologia e da geografia do sertão, incluindo o clima do semi-árido, a vegetação da caatinga e a problemática das secas que assolam a região. Recriou, numa versão laica do *Gênesis*, mundos revoltos e instáveis, varridos por mares pré-históricos e por labaredas de proporções bíblicas. Desceu às camadas profundas do solo e recuou até a origem do continente e de seus habitantes, para explicar a irrupção quase vulcânica do Conselheiro e de seus seguidores.

no
da
seu
e o
ara
vos

Abraçou idéias controversas dos geólogos Emmanuel Liais e Frederic Hartt sobre a formação recente do sertão baiano, que considerou ser o fundo recém levantado de um mar extinto, cujo solo conturbado revelaria a “agitação das ondas e das voragens”. Criou uma fantasia geológica sobre a existência pré-histórica de mar na região de Canudos, o que prenunciaria as profecias atribuídas ao Conselheiro de que o sertão iria virar praia, com a esperança de uma inversão climática capaz de trazer a redenção.

Mostrou a interação entre os elementos, como a água e o fogo, que se revezam na criação e na destruição do sertão. Afastou-se, em parte, do determinismo geográfico, ao admitir a possibilidade do homem amenizar os efeitos das secas pela construção de açudes e canais, tomando, como exemplo, a atuação dos romanos e franceses na Tunísia. Criticou também a devastação do meio-ambiente pelas queimadas que o colonizador ganancioso aprendera com o indígena, assumindo o papel de “terrível fazedor de desertos”. Capaz de criar desertos, o homem poderia também extinguí-los, corrigindo o passado. Encerrou seu relato com o lamento pelos rebeldes, dizimados a ferro e fogo, abatidos pelas balas e facas dos soldados e incinerados pelas bombas de dinamite e tochas de querosene, que reduziram Canudos a cinzas.

te-
car
ais
que
ria
tre

“Barbaramente estéreis”, “maravilhosamente exuberantes”, os sertões formam, para o autor, uma categoria geográfica própria, paradoxal e antitética, capaz de oscilar entre a aridez das estepes e desertos e a abundância dos vales férteis. Procurou recriar tais variações climáticas pelo ritmo binário, pelas repetições sonoras e sintáticas e pelas acelerações rítmicas, freqüentes em sua descrição da natureza, que personificou como participante da luta. O “martírio do homem”, submetido à violência das estiagens prolongadas, seria apenas o reflexo de uma tortura maior: “Nasce do martírio secular da Terra...”

sa]
nte
e o
por
do
da

Tomou a natureza dos sertões como cenário ou símbolo, que projeta sombras e imagens sobre a narrativa. A vegetação da caatinga, com galhos secos e contorcidos, permitiria antever o sacrifício dos sertanejos degolados pelos soldados. As flores rubras das cabeças-de-frade, deselegantes e monstruosas, lembravam “cabeças decepadas e sanguinolentas jogadas por ali, a esmo, numa desordem trágica”. As palmatórias-do-inferno, “diabolicamente eriçadas de espinhos”, evocariam a paixão de Cristo e o sacrifício dos conselheiristas.

por
fia
ica
tos
as.
eus
res.

Discutiu, em “O homem”, as origens do homem americano, a formação racial do sertanejo e os malefícios da mestiçagem. Construiu uma teoria fatalista do Brasil, cuja história seria movida pelo choque entre etnias e culturas destinadas ao desaparecimento. Recorreu às concepções do sociólogo Ludwig Gumplowicz (1838-1909), que

considerava a história guiada pelo conflito entre raças, do qual resultaria o esmagamento inevitável dos fracos pelos fortes. Alarmado com o avanço da cultura estrangeira, lançou um brado de alerta em *Os sertões*: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos”.

Seguia teorias raciais, baseadas na crença na inferioridade dos não-brancos, que davam ares de ciência ao preconceito de cor. Explicou a guerra como o resultado do choque entre os curibocas do sertão, formados de brancos e índios, e os mestiços do litoral, tidos como neurastênicos e desequilibrados pela mistura entre brancos e negros. Glorificou o mestiço do sertão, que apresentaria vantagem sobre o mulato do litoral, devido ao isolamento histórico e à ausência de componentes africanos, que tornariam mais estável sua evolução racial e cultural. “O sertanejo é, antes de tudo, um forte: Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”.

Elevou o homem do sertão, vítima do ataque das forças republicanas, à altura dos grandes heróis dos poemas épicos e dos romances de cavalaria. Retratou-o como vaqueiro envolto em gibão de couro, de modo semelhante a um titã grego ou a um guerreiro antigo coberto por armadura. Em uma passagem antológica de “O homem”, descreveu o estouro da boiada com uma tal concentração de recursos expressivos, de ordem sonora, sintática e rítmica, que os milhares de animais desgovernados acabaram transfigurados em um único corpo, monstruoso e fantástico, sobre o qual se lança o vaqueiro em disparada. Caracterizou ainda o homem do sertão como centauro pela simbiose com a montaria, imagem que já fora empregada, junto com as alusões à cavalaria medieval, por José de Alencar em *O sertanejo* (1876).

Euclides imaginou o sertanejo como o resultado da confluência entre a bravura indígena e a ousadia dos bandeirantes paulistas, que penetraram pelos rios Tietê e São Francisco rumo ao interior, expandindo o território da colônia portuguesa nos séculos XVII e XVIII. O curiboca do sertão é tomado como o resultado da união entre os desbravadores vindos de São Paulo e os indígenas oriundos do continente americano. Tipo autônomo, aventureiro e rebelde, responsável pela integração nacional, o paulista abarcaria não só os habitantes de São Paulo, mas os filhos dos estados do Sul e do Centro-Sul, incluindo Rio de Janeiro e Minas Gerais!

Difundiu, em *Os sertões*, junto com o mito do sertanejo, uma outra representação análoga, o mito do bandeirante, que foi depois retomada por Oliveira Viana em *Populações meridionais do Brasil* (1920), por Afonso d’Escragnolle Taunay em *História geral das bandeiras paulistas* (1924-50) e por Alfredo Ellis Júnior em *Raça de gigantes* (1926). Do cruzamento entre brancos e índios teria resultado, segundo Ellis Júnior,

uma “sub-raça superior”, cujo caráter guerreiro e individualista fora capaz de lançar as bases da hegemonia paulista...

Euclides seguiu as teorias do geólogo canadense Charles Frederic Hartt (1840-78), do arqueólogo dinamarquês Peter Wilhelm Lund (1801-80), do paleontólogo inglês Samuel George Morton (1799-1851) e do médico brasileiro Júlio Trajano de Moura, autor de *Do homem americano* (1889), sobre uma suposta origem autóctone dos habitantes da América. Criou assim uma imagem grandiosa do homem do sertão como ser autêntico, enraizado no solo, com cultura própria e evolução autônoma, garantidas pelo isolamento geográfico, e chamou o sertanejo de “rocha viva” da nacionalidade, base sobre a qual se poderia criar o brasileiro do futuro. Fazia a analogia entre o granito, composto de três minerais, e o povo brasileiro, resultante da mistura de branco, índio e negro, que expôs nas notas à 2ª edição. A imagem se inscreveu no texto de *Os sertões* no mesmo período em que escavava, como engenheiro de obras, o leito do rio Pardo em busca da rocha granítica que lhe permitiria reconstruir, em fundamentos mais sólidos, a ponte metálica que ruíra.

Finalmente, em “A luta” e nos capítulos seguintes, narrou os acontecimentos da guerra, que levaram à destruição da comunidade, realizada em nome da consolidação da ordem republicana. Procurou mostrar como os dois lados do conflito – o litoral e o sertão – se encontravam tomados por fanatismos religiosos e políticos. Os soldados saudavam a memória do marechal Floriano Peixoto, morto dois anos antes, cuja efígie traziam no peito, com o mesmo entusiasmo doentio com que os jagunços bradavam pelo Bom Jesus. O coronel Moreira César, comandante da 3ª expedição, líder epilético dos florianistas, é tido como tão desequilibrado quanto o Conselheiro. Ambos refletiriam a instabilidade dos primórdios da República.

Euclides viu o sertão como reflexo do litoral: a barbárie estaria por toda parte. Tal nota pessimista encontrou expressão nas inúmeras antíteses, que indicam suas próprias hesitações no julgamento da guerra. Canudos é a “Tróia de taipa dos jagunços”, misto de cidadela inexpugnável e labirinto de casebres de barro, cuja luta evocaria os feitos épicos cantados por Homero. O sertanejo é um herói monstruoso, “Hércules-Quasímodo”, tão forte quanto desgracioso. Conselheiro um “grande homem pelo avesso”, que entrou para a história, como poderia ter ido para o hospício...

Criticou as jornadas jacobinas no Rio de Janeiro, em 7 de março de 1897, quando multidões reagiram à notícia da derrota da 3ª expedição contra Canudos com a destruição das oficinas e redações dos jornais monárquicos e o assassinato de um jornalista, o coronel Gentil de Castro, que tentava fugir de trem, com o visconde de Ouro Preto, do

Rio para Petrópolis. Euclides considerava os exaltados manifestantes da rua do Ouvidor, centro do comércio elegante e das redações de jornais, mais perigosos do que os sertanejos: são “trogloditas completos”, “enluvados e encobertos de tênue verniz de cultura”. E observou: “O mal era maior. Não se confinara num recanto da Bahia. Alastrara-se. Rompia nas capitais do litoral”.

O sertão vai virar mar

Os sertões é uma obra híbrida que transita entre a literatura, a história e a ciência, ao unir a perspectiva científica, de base naturalista e evolucionista, à construção literária, marcada pelo fatalismo trágico e por uma visão romântica da natureza. Euclides recorreu a formas de ficção, como a tragédia e a epopéia, para compreender o horror da guerra e inserir os fatos em um enredo capaz de ultrapassar a sua significação particular. A epopéia gloriosa da República brasileira, pela qual combatera na juventude, adquiriu caráter de tragédia na violenta intervenção militar que testemunhou em Canudos.

Dizia ser ele próprio um “misto de celta, de tapuia e grego”, para falar do encontro entre sua educação brasileira e a cultura greco-francesa, que o levava à poesia romântica, à ciência naturalista e à retórica clássica, cujos recursos empregou para amplificar, com grande riqueza vocabular, as inúmeras alusões, comparações e metáforas. Em carta ao poeta Vicente de Carvalho, de fevereiro de 1909, referiu-se à fatalidade como a “Maldade obscura e inconsciente das coisas”, que inspirou a concepção trágica dos gregos.

Pensou a história a partir de fatores naturais, estudados pela ciência, e de forças obscuras e ancestrais, assunto da poesia e do mito. Projetou sobre o Conselheiro muitas de suas obsessões pessoais, como o temor da irracionalidade, da sexualidade e da anarquia, para criar um personagem trágico, guiado por forças obscuras e ancestrais e por maldições hereditárias que o teriam levado à insanidade e ao conflito com a ordem. Viu Canudos como desvio histórico capaz de ameaçar a “linha reta”, concebida como a fidelidade às crenças republicanas.

Gilberto Freyre já tinha observado, em *Perfil de Euclides e outros perfis* (1944), que a natureza que transborda de *Os sertões* é aquela que a personalidade angustiada do escritor precisou de exagerar para se completar e nela se exprimir. Euclides transfigurava, pela força da imaginação, a paisagem à sua volta, vendo por toda parte miragens e espectros que remetiam à mitologia, à história e à literatura. As serras de

pedra do Cambaio, por exemplo, que as tropas da 2ª coluna, sob o comando do general Cláudio do Amaral Savaget, tiveram que atravessar sob tiroteio, lhe lembravam velhíssimos castelos ou fortalezas de titãs em ruínas.

Os sertões se destacou, em meio à enxurrada de livros sobre Canudos, graças à preocupação estilística de seu autor, que fez mais de dez mil correções nas três edições que lançou em vida, quase todas de ortografia, vocabulário, sintaxe e pontuação. O livro ganhou permanência pela escrita poética e imagética, ainda que se encontrem hoje superados muitos de seus aspectos científicos, como as hipóteses geológicas e as teorias raciais, e parte da reconstrução histórica, marcada por uma visão negativa e mesmo preconceituosa de Canudos e da atuação do Conselheiro.

Euclides abordou Canudos como comunidade primitiva, “*urbs* monstruosa, de barro” ou “*civitas* sinistra do erro”, dominada pela desordem e pelo crime. Viu o povoado como um ajuntamento caótico e repugnante de casas, onde haveria o coletivismo dos bens e o “amor livre”, já que muitos casais viviam em concubinato. Mas, fiel à sua escrita paradoxal e antitética, na qual dava expressão tanto aos seus dilaceramentos pessoais quanto ao caráter tenso e contraditório da natureza e da história, comparou o Conselheiro aos profetas heréticos do cristianismo primitivo e salientou o moralismo dominante no povoado, do qual eram banidos o consumo de álcool e os enfeites femininos.

Revelou o mesmo distanciamento ao comentar as profecias, que julgou serem do Conselheiro, e as quadras de poesia popular, recolhidas junto às ruínas da comunidade. Eram, para ele, “pobres papéis”, com “ortografia bárbara” e “escrita irregular”, que revelariam o “pensamento torturado” dos sertanejos. Transcreveu, em uma caderneta, duas profecias apocalípticas e duas narrativas em versos sobre os primórdios da República e a derrota da 3ª expedição contra Canudos, sob o comando do coronel Moreira César, “grande ímpio/ lá do rio Janeiro”, comido pelos urubus do Belo Monte.

As profecias apocalípticas, que atribuiu com engano ao Conselheiro, anunciam o fim do mundo e a criação do Reino dos Céus na terra, em que os conflitos sociais e políticos seriam superados pela unificação dos homens sob a autoridade divina: “um só pastor e um só rebanho”. O sertão viraria “praia”, expressão que designa as zonas úmidas entre o litoral e o semi-árido, tornando-se terra de promessa, com fartura de carne e peixe: “Em 1896 há de rebanhos mil correr da praia para o sertão; então o sertão virará praia e a praia virará sertão”.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, reuniu seus sermões em dois volumes manuscritos, a que Euclides não teve acesso quando redigiu o livro. Tais

prédicas, que só foram publicadas em 1974 por Ataliba Nogueira, e mais recentemente, em 2002, por Fernando Peres e Walnice Nogueira Galvão, mostram um líder religioso muito diferente do fanático místico ou do profeta milenarista retratado em *Os sertões*. Revelam um sertanejo letrado, capaz de exprimir, de forma articulada, suas concepções políticas e religiosas, que se vinculavam a um catolicismo devocional e penitente, corrente na Igreja do século XIX.

A partir das fontes orais que recolheu, Euclides procurou recriar o imaginário dos seguidores do Conselheiro e propôs uma outra interpretação de *Canudos*, até hoje controversa, não como centro de uma conspiração monárquica, mas enquanto comunidade messiânica, em que haveria a espera mágica do rei português d. Sebastião, que voltaria, com suas tropas, para derrotar as forças da República. Teria sido revivido assim, no Belo Monte, o mito do retorno glorioso de d. Sebastião, morto em batalha em 1578, na tentativa de expandir os domínios da cristandade na África. O sebastianismo se manteve em Portugal até o século XIX e se manifestou no Brasil em movimentos messiânicos, como na Cidade do Paraíso Terrestre (1817-20) e em Pedra Bonita (1836-8), ambos em Pernambuco, ou no Contestado (1910-4), no sul do país.

As profecias sebastianistas e apocalípticas, que Euclides incorporou a *Os sertões*, ganharam nova ressonância em *Deus e o Diabo na terra do sol* (1963), do cineasta Glauber Rocha. Ressurgiram, no filme, pelas falas do beato Sebastião, que contém traços dos líderes de *Canudos* e de Pedra Bonita, e na trilha sonora composta por Sérgio Ricardo: “O sertão vai virar mar/ e o mar vai virar sertão”. Glauber converteu tais presságios em estribilho revolucionário, que celebra a reforma agrária e a redenção política, simbolizadas pelas ondas do vasto mar, para onde corre o vaqueiro Manuel na apoteótica cena final.

Na Amazônia

Euclides se desligou, no início de 1904, da atividade de engenheiro que exercia desde 1895 para o governo de São Paulo. Sem emprego fixo, retomou a colaboração com *O Estado de S. Paulo* e passou a escrever também para *O País*, no Rio de Janeiro, naquilo que chamou de “três meses de jornalismo nos intervalos de minha engenharia trabalhosa”. Com dificuldades financeiras, transferiu em abril para a editora Laemmert, em caráter definitivo, os direitos de *Os sertões* pela módica quantia de um conto e 800 mil réis, pouco mais do que recebera pela 2ª edição. A 3ª edição sairia no ano seguinte, em 1905, quando já se encontrava na Amazônia às voltas com a expedição ao Purus.

Confessou, em carta de fevereiro de 1903, ao engenheiro belga Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico, no Rio, e ex-chefe da Comissão de Reconhecimento do Alto Javari, que sonhava em fazer uma viagem ao Acre, referindo-se às expedições cartográficas que se anunciavam. A região era palco de conflitos entre soldados e caucheiros peruanos, de um lado, e seringueiros brasileiros, do outro, e se tornara alvo de disputas territoriais entre o Brasil, o Peru e a Bolívia. O escritor tornou público seu interesse pela Amazônia, ao tomar parte, em maio de 1904, com artigos n' *O Estado de S. Paulo*, do debate sobre as questões de fronteira. Criticava o envio de tropas brasileiras para o Alto Purus e defendia uma solução diplomática, sem intervenção militar, que permitisse incorporar o território do Acre.

O barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, nomeou Euclides, em 9 de agosto de 1904, chefe da comissão brasileira de reconhecimento do Alto Purus, com a missão de fazer o levantamento cartográfico do rio e de suas nascentes. A nomeação foi obtida graças ao discreto apoio de Oliveira Lima, mas sobretudo à ajuda de José Veríssimo, que o recomendou ao barão. Mudou-se, em setembro, do Guarujá para o bairro do Cosme Velho, no Rio, de modo a fazer os preparativos da expedição, para a qual contratou como auxiliar técnico seu primo, o engenheiro baiano Arnaldo Pimenta da Cunha, e como fotógrafo Egas Chaves Florence, apesar do veto do visconde de Cabo Frio, diretor geral do Itamarati, que considerava dispendioso e desnecessário tal registro fotográfico.

A expedição deixou Manaus, em abril de 1905, para uma viagem de seis meses e meio, repleta de dificuldades. Saindo na vazante dos rios, tiveram que abandonar as lanchas a vapor e fazer parte do percurso a pé, com canoas arrastadas a pulso. Passaram fome por causa do naufrágio do barco com mantimentos. Chegaram famintos e esfarrapados ao Cujar, uma das cabeceiras do Purus, parte dos objetivos da expedição, e desvendaram o mistério de sua ligação com os rios Ucaiale e Madre de Dios, feita através de varadouros abertos pelo homem. De volta ao Rio, preparou os mapas que permitiram a Rio Branco resolver as questões de fronteira com o Peru em setembro de 1909.

Os ensaios de Euclides sobre a Amazônia foram reunidos em dois livros: *Contrastes e confrontos* (1907) e *À margem da história* (1909). Escreveu ainda duas obras técnicas, o *Relatório sobre o Alto Purus* (1906) e *Peru versus Bolívia* (1907), em que tomava partido pela Bolívia contra as pretensões territoriais do Peru, que reivindicava parte da região do Acre. Abordou, tanto em *Os sertões*, quanto nos ensaios amazônicos, um mesmo personagem, o sertanejo, "expatriado dentro da própria pátria". Reunido em

comunidade sob a liderança do Conselheiro, ou em migração para os seringais do Acre, o sertanejo fugia das calamidades da seca. Inimigo da República em Canudos, passou a ser visto com maior simpatia na Amazônia como agente de povoamento nos confins da selva, que retomaria a saga gloriosa dos bandeirantes.

A tragédia da Piedade

Euclides voltou ao Rio de Janeiro, no início de 1906, com a saúde debilitada. Contraiu, na selva, malária crônica e incurável, com febres periódicas, que se juntou à tuberculose que trazia da infância. Encontrou a cidade transfigurada pelas reformas do prefeito Pereira Passos, que demoliu o casario antigo para remodelar o centro e abrir a avenida Central, atual avenida Rio Branco. A capital o perturbava com seu cosmopolitismo postiço e a presença ostensiva dos bondes e automóveis.

Trabalhou até 1909 como adido ao Ministério das Relações Exteriores, mas sentia o desconforto de uma posição instável, sujeita às graças do barão do Rio Branco, já que não pertencia ao quadro efetivo de funcionários e não conseguira tampouco ingressar na carreira diplomática, com a qual chegara a sonhar. O inferno se prolongava em casa, pois encontrou, ao retornar da Amazônia, Ana grávida devido às relações extraconjugais com o cadete Dilermando de Assis, que se tornara amigo de seus filhos.

Foi um eterno insatisfeito com suas atividades profissionais, como militar ou engenheiro. Arrastou consigo a incômoda contradição entre a face pública de escritor consagrado e a busca inglória de emprego mais propício à atividade literária. Conviveu com tal dilema até ingressar, poucas semanas antes da morte, no Colégio Pedro II, então Ginásio Nacional, como professor de lógica, após tumultuado concurso em que terminou classificado em segundo lugar, atrás do filósofo cearense Farias Brito, autor de *Finalidade do mundo* (1894-1905). Mas acabou por obter a ansiada nomeação graças ao seu renome de escritor e à interferência do barão do Rio Branco e de seu amigo, o escritor e deputado Coelho Neto, junto ao presidente Nilo Peçanha.

Euclides morreu, em 15 de agosto de 1909, no bairro da Piedade, no Rio de Janeiro, em tiroteio com o aspirante Dinorá e o cadete Dilermando de Assis, amante de sua mulher. O escritor recebeu quatro tiros, Dilermando quatro e seu irmão Dinorá foi atingido próximo à coluna, ficando mais tarde paralítico e cometendo o suicídio. A morte de Euclides foi contraditória com sua obra, pois *Os sertões* é um manifesto contra a violência, em que criticara o código ancestral de reparação das ofensas à honra por meio de derramamento de sangue, que tivera trágicas conseqüências na saga familiar de Antônio Conselheiro e na própria guerra de Canudos.

Como o Conselheiro, o autor de *Os sertões* teve um fim trágico. Ambos foram construtores itinerantes, um de igrejas e cemitérios, o outro de pontes, escolas e estradas. Os dois tiveram o destino marcado pela perda da mãe na infância, pelo adultério das esposas, pela luta sangrenta de suas famílias contra seus inimigos e pelas posições que tomaram frente à República, um de feroz oposição, o outro de adesão entusiástica, seguida de crítica mordaz. Ambos tiveram fé, o líder religioso na força redentora da devoção e do ascetismo, o escritor no poder transformador da literatura, da ciência e da filosofia.

O escritor e médico legista Afrânio Peixoto retirou o cérebro do escritor, que ficou conservado em formol no Museu Nacional até 1983, quando foi enterrado em Cantagalo, sua cidade natal. Tratava-se, para o antropólogo Roquete-Pinto, de um órgão notável pela riqueza e complexidade das circunvoluções, sobretudo na zona que governa as faculdades de expressão. O crânio do Conselheiro foi tirado de seu cadáver e entregue a Raimundo Nina Rodrigues, da Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, que o examinou em busca dos traços anatômicos do crime. O médico-etnólogo concluiu que se tratava do crânio “normal” de um mestiço, em que se associavam os caracteres antropológicos de diferentes raças.

Dois dias após a morte de Euclides, José Veríssimo, que o consagrara com artigo sobre *Os sertões*, escreveu a Mário de Alencar, da Academia Brasileira de Letras, confessando, com certa reserva, que não tinha muita simpatia pelo escritor e que se esforçava para tolerá-lo, por achar o seu “egotismo” insuportável. Afirmava ainda, em uma previsão que se revelaria equivocada, que achava excessiva a sua “fortuna literária”, pois sua obra não iria sobreviver por muito tempo.

Veríssimo presidiu, em 28 de agosto de 1909, a sessão da Academia, em que manifestou seu pesar pela perda do “saudoso companheiro” e declarou aberta a sua vaga, que viria a ser ocupada por Afrânio Peixoto.

Euclides morreu, de acordo com o calendário positivista, no mês dedicado a Gutenberg, o inventor da imprensa. Saía, no mesmo dia, a entrevista que dera para Viriato Correia da *Ilustração Brasileira*. Em sua casa em Copacabana, com janelas abertas para o mar, contou das dificuldades para publicar *Os sertões*, que *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Comércio* haviam recusado. Falou ainda das infundáveis correções nas sucessivas edições da obra e mostrou um exemplar da 3ª edição, em que tinha feito cerca de 2.600 correções para a próxima edição. A entrevista foi dada em um domingo. Viriato e Euclides conversaram, almoçaram e passearam descalços na praia. Era sol e era azul.

NOTA

Agradeço as sugestões e observações feitas por Leopoldo Bernucci, Walnice Nogueira Galvão, John Schulz e José Carlos Barreto de Santana, que leram este artigo.

Bibliografia de Euclides da Cunha

- Ondas*. Rio de Janeiro, 1883-4. Caderno manuscrito (Grêmio Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo). Public. parcialmente em: *Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar, 1995, v. 1, p. 697-730.
- Notas*. Rio de Janeiro, 1885. Caderno manuscrito (Grêmio Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo).
- Relatório apresentado ao cidadão tenente-coronel diretor das Obras Militares do Estado de Minas Gerais, pelo tuclides Rodrigues da Cunha*. Campanha, 18 dez. 1894. Cópia manuscrita (Biblioteca São Saruê, Rio de Janeiro).
- Caderneta de campo*. Rio de Janeiro, Salvador, Canudos, São José do Rio Pardo, 1897-1901. Manuscrito (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro). Public. São Paulo, Brasília, Cultrix, INL, 1975. Ed. de Olímpio de Sousa Andrade.
- Canudos: Diário de uma expedição* (1897). São Paulo, Companhia das Letras, 2000. Org. de Walnice Nogueira Galvão.
- “Página vazia”. Salvador, 14 out. 1897. Poema manuscrito no álbum de Francisca Pragner (Col. Celina Fróes, Rio de Janeiro). Republ. em: *Obra completa*, op. cit., v. 1, p. 726.
- Bloco de notas da Superintendência de Obras Públicas*. Lorena, 17 out. 1902-14 dez. 1903. Manuscrito (Grêmio Euclides da Cunha, São José do Rio Pardo).
- Os sertões (Campanha de Canudos)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1902. Reed. São Paulo, Ática, 1998. Ed. crítica de Walnice Nogueira Galvão. Nova reed. São Paulo, Ateliê, 2002. Ed. anotada de Leopoldo Bernucci.
- Relatório da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1906. Republ. parcialmente em: *Obra completa*, op. cit., v. 1, p. 753-810.
- Contrastes e confrontos*. Pref. de José Pereira de Sampaio (Bruno). Porto, Empresa Literária e Tipográfica, 1907. Reed. São Paulo, Brasília, Cultrix, INL, 1975.
- Peru versus Bolívia*. Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1907. Republ. em: *Obra completa*, op. cit., v. 1, p. 811-893.
- À margem da história*. Porto, Liv. Chardron, 1909. Reed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- Um paraíso perdido: Ensaio, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994. Org. de Leandro Tocantins.
- Correspondência de Euclides da Cunha* (1890-1909). São Paulo, Edusp, 1997. Org. de Walnice Nogueira Galvão e Oswaldo Galotti.

Documentos de Euclides da Cunha e familiares

- Certidão de casamento de Eudóxia Alves Moreira e Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha. Livro 1 de casamentos, fl. 43, no 3. Santa Rita do Rio Negro, 24 out. 1864 (Igreja de Euclidelândia, Cantagalo).
- Certidão de batismo de Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha. Livro 1 de batizados, fl. 161, no 49. Santa Rita do Rio Negro, 24 nov. 1866 (Igreja de Euclidelândia, Cantagalo).
- Certidão de batismo de Adélia Pimenta da Cunha. Livro 1 de batizados, fl. 180, no 66. Santa Rita do Rio Negro, 1 nov. 1868 (Igreja de Euclidelândia, Cantagalo).
- Certidão de casamento civil de Ana Emília Solon Ribeiro e segundo-tenente Euclides Rodrigues da Cunha. Livro 4, fl. 136 e 136v., no 217. Rio de Janeiro, 10 set. 1890 (6a Circunscrição – Registro Civil das Pessoas Naturais, Rio de Janeiro).
- Certidão de casamento religioso de Ana Emília Solon Ribeiro e segundo-tenente Euclides Rodrigues da Cunha. Livro de casamentos, fl. 51v., no 473. Rio de Janeiro, 10 set. 1890 (Cúria Metropolitana - Arquidiocese do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).
- Escola Superior de Guerra. Diploma do tenente Euclides Rodrigues da Cunha. Rio de Janeiro, 16 jan. 1892 (Col. Oswaldo Galotti, São José do Rio Pardo).
- Fé de ofício do tenente Euclides Rodrigues da Cunha reformado. Rio de Janeiro, 14 ago. 1896 (Arquivo do Exército, Rio de Janeiro).
- Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo (Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas). São Paulo, 1896-1904 (Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo).
- Contrato entre Euclides da Cunha e Laemmert & C. para publicação de *Os sertões*. Rio de Janeiro, 17 dez. 1901. Manuscrito (Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro).
- Documentos da Comissão Brasileira de Reconhecimento do Alto Purus. Rio de Janeiro, Manaus, 9 ago. 1904-jun. 1906 (Arquivo Histórico do Itamarati, Rio de Janeiro).
- Serviço Médico Legal do Distrito Federal. Esquema das lesões existentes no corpo de Euclides da Cunha. 1a. Vara Criminal, Processo-crime no 1909. Rio de Janeiro, set. 1909 (Arquivo e Documentação Histórica do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).

Bibliografia sobre Euclides da Cunha e Canudos

- Andrade, Olímpio de Sousa. *História e interpretação de Os sertões*. São Paulo, Edart, 1966.
- Ararípe Júnior, Tristão de Alencar. “Os sertões”. Em: *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 6 mar. 1903, 18 mar. 1903. Republ. em: *Juízos críticos: Os sertões (Campanha de Canudos)*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1904, p. 33-71. Também em: *Obra crítica*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, v. 4, p. 89-124.

- Bernucci, Leopoldo. *A imitação dos sentidos: Prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*. São Paulo, Edusp, 1995.
- Calasans, José. *Cartografia de Canudos*. Salvador, Sec. da Cultura e Turismo, 1997.
- Campos, Augusto de e Haroldo de Campos. *Os sertões dos Campos: Duas vezes Euclides*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1997.
- Coelho Neto, Henrique Maximiano. "Os sertões". Em: *O Estado de S. Paulo* (São Paulo), 1 jan. 1903, 2 jan. 1903. Republ. em: Juízos críticos, op. cit., p. 88-99.
- Correia, Viriato. "Euclides da Cunha". Em: *A Ilustração brasileira* (Rio de Janeiro), 6: 99-100, 15 ago. 1909. Republ. em: *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro), 30: 219-226, jan.-fev.-mar. 2002.
- Dória, Escragnolle. "Euclides estudante". Em: *Revista da Semana* (Rio de Janeiro), 31: 36, 23 ago. 1930.
- Freyre, Gilberto. "Euclides da Cunha". Em: *Perfil de Euclides e outros perfis* (1944). Rio de Janeiro, Record, 1987, p. 17-69.
- Galvão, Walnice Nogueira. *No calor da hora: A guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. São Paulo, Ática, 1977.
- _____. "Metáforas náuticas". Em: *Desconversa: Ensaios críticos*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1998.
- _____. *O Império do Belo Monte: Vida e morte de Canudos*. São Paulo, Fund. Perseu Abramo, 2001.
- Goto, Roberto Akira. "A letra e a morte: Os sertões e a imaginação de um leitor deste final de século". Em: *A letra ou a vida: Textos críticos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992, p. 43-63.
- Hardman, Francisco Foot. "Brutalidade antiga: Sobre história e ruína em Euclides". Em: *Estudos avançados* (São Paulo), 10 (26): 293-310, jan.-abr. 1996.
- Lima, Luiz Costa. *Terra ignota: A construção de Os sertões*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- Nogueira, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: Revisão histórica* (1974). São Paulo, Ed. Nacional, 1978.
- Oliveira, Lúcia Lippi de. "A conquista do espaço: Sertão e fronteira no pensamento brasileiro". Em: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* (Rio de Janeiro), v. 1, 1: 195-215, 1997.
- Peres, Fernando e Walnice Nogueira Galvão (orgs.). *Breviário de Antônio Conselheiro*. Salvador, Univ. Federal da Bahia, 2002.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo* (1965). São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- Rabello, Sílvio. *Euclides da Cunha*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- Rodrigues, Antonio da Gama. *Euclides da Cunha: Engenheiro de obras públicas no Estado de São Paulo* (1896-1904). São Paulo, José Ortiz, 1956.

- Rodrigues, Raimundo Nina. "A loucura das multidões". Em: *As coletividades anormais*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939, p. 78-152.
- Romero, Sílvio. "Euclides da Cunha". Em: *Revista da Academia Brasileira de Letras* (Rio de Janeiro), 3 (9): 1-16, jul. 1912; 3 (10): 179-193, out. 1912.
- Roquete-Pinto, Edgard. "Relações do cérebro com a inteligência". Em: *Revista de Educação Pública* (Rio de Janeiro), v. 7, 25-32: 1-5, 1949-50.
- Santana, José Carlos Barreto de. *Ciência e arte: Euclides da Cunha e as ciências naturais*. São Paulo, Feira de Santana, Hucitec, Univ. Estadual de Feira de Santana, 2001.
- Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Tocantins, Leandro. *Euclides da Cunha e o paraíso perdido* (1966). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- Venancio Filho, Francisco. *Euclides da Cunha a seus amigos*. São Paulo, Ed. Nacional, 1938.
- _____. *A glória de Euclides da Cunha*. São Paulo, Ed. Nacional, 1940.
- Veríssimo, José. "Campanha de Canudos". Em: *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro), 3 dez. 1902. Republ. em: *Juízos críticos*, op. cit., p. 22-32. Também em: *Estudos de literatura brasileira*, 5a série. Belo Horizonte, São Paulo, Ed. Itatiaia, Edusp, 1977, p. 45-53.
- Zilly, Berthold. "A guerra como painel e espetáculo. A história encenada em Os sertões". Em: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* (Rio de Janeiro), v. 1, 1: 13-37, 1997.

Cartas a Euclides da Cunha

- Coelho Neto, Henrique Maximiano. Campinas, 4 dez. 1902 (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).
- Araripe Júnior, Tristão de Alencar. Rio de Janeiro, 6 mar. 1903 (Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro).
- _____. Rio de Janeiro, 23 mar. 1903 (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

Cartas entre terceiros

- Veríssimo, José. Carta a Mário de Alencar. Rio de Janeiro, 17 ago. 1909 (Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro).